

BREVE INTRODUÇÃO SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PITANGUI (1892-1907).

Licínio de Sousa e Silva Filho¹
Cezar Luiz De Mari²

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida para o Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Viçosa, intitulada “Município, tradição e modernidade: a instrução primária e os limites do projeto hegemônico republicano em Minas Gerais (1892-1907)” cuja dissertação defendida e aprovada, em 31 de março de 2014. A pesquisa tem como referência o município mineiro de Pitangui. Aqui, nos ateremos em contextualizar a pesquisa apresentando o tema, o recorte temporal e espacial, as fontes, a problematização, os aportes teóricos e suas categorias aplicadas à pesquisa e sua relevância para a História da Educação.

PALAVRAS-CHAVES: Instrução pública, República, Minas Gerais, Pitangui, Município pedagógico, Antônio Gramsci.

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Viçosa. Professor Substituto de História do IFMG Campus Ouro Preto e da rede particular de ensino do município de Pitangui/M.G.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professor do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa – UFV, membro da *International Gramsci Society* – IGS/Brasil.

Considerações iniciais

Inicialmente, descrevemos as origens históricas do município de Pitangui e sua importância na ocupação da região centro-oeste, do estado de Minas Gerais, para, em seguida, apresentarmos outros aspectos relevantes da pesquisa.

Pitangui (latitude 19°40'58"S, longitude 44°53'25"W) é um município localizado na região Centro-Oeste do estado de Minas Gerais, com uma população estimada em 26797 habitantes. Também conhecida por seus habitantes como a “Velha Serrana”, tem suas origens no processo de ocupação da região das minas pelos bandeirantes paulistas a partir do final do século XVII. É incerta a data do início de seu povoamento, mas alguns pesquisadores (DINIZ, 1969; CUNHA, 2009) apontam indícios da presença dos primeiros exploradores da região, por volta do final do século XVII e primeira década do século XVIII.

Entende-se por oeste mineiro “uma das regiões que compõem atualmente a configuração geopolítica das Minas Gerais, cuja delimitação tem suas origens no século XIX, momento em que se definiram os limites territoriais da então Província mineira” (CATÃO et al, 2011). Pitangui, a “Sétima Vila do Ouro” é considerada a cidade mãe desta região, pois, a partir dali, expedições bandeirantes continuaram o processo de ocupação do sertão oeste das Minas Gerais.

No final do século XVII e início do século XVIII, a descoberta de ouro na região que posteriormente ficaria conhecida como Minas Gerais atraiu milhares de pessoas de todas as partes do império português e, até mesmo de outras regiões da colônia (CATÃO et al, 2011, p. 10), em busca de enriquecimento, dando início a um processo de urbanização até aquele momento, sem precedentes na América portuguesa. Em trabalho que aborda a questão demográfica nas Minas setecentista, Campos (2007, p. 5), afirma que “ao longo de sua trajetória histórica, o território de Minas Gerais experimentou três grandes ciclos demográficos”. O primeiro dele se deu no transcorrer do século XVIII. Estima-se que no início daquele século a população dos primeiros povoamentos da região das Minas era entre 2000 a 3000 pessoas. Por volta de 1709, “em menos de uma década” (CAMPOS, 2007, p. 6), a população era presumida em 30.000 mil habitantes.

É neste contexto histórico que foi aberta uma das frentes do processo de ocupação do sertão oeste das Minas Gerais, com o descobrimento de depósitos auríferos nas encostas de morros e às margens de cursos d’água na região onde hoje, localiza-se Pitangui. Diniz (1966, p. 17-18) afirma que os primeiros mineradores encontraram nas encostas de um morro pepitas

de ouro do tamanho de batatas, daí batizarem o local de “Morro do Batatal”, denominação mantida até os dias de hoje. Ali teve origem um arraial que, a nove de junho de 1715, foi elevado à vila, pelo então governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, D. Brás Baltazar da Silveira e, que passaria a fazer parte da Comarca do Rio das Velhas, com sede em Sabará (MILAGRE, 2011, p. 12). Não há documentos que permitam identificar com precisão quando o ouro foi ali descoberto. No final do século XIX, Joaquim Antonio Gomes da Silva (1995, p. 5), ao escrever sobre as origens de Pitangui, afirmava que “é tradição constante que as Minas de Pitangui foram descobertas em 1709 pelos paulistas, que vinham das partes de Sabará e Caeté, em demanda das terras que ficam ao poente e onde supunham haver ricas minas de ouro.”

A partir de então, Pitangui passaria a ser a ponta de lança para a exploração e ocupação do sertão oeste, tornando-se um importante entreposto comercial e rota de passagem em direção às minas de Goiás e abrindo um novo tronco da Estrada Real.

Durante praticamente todo o século XVIII havia apenas dois núcleos urbanos de maior expressividade nos sertões a oeste das Minas Gerais e o mais importante era a Vila de Pitangui, pertencente à Comarca de Sabará e cujo termo abarcava parte do que hoje corresponde ao Oeste mineiro. (CATÃO et al, 2011, p. 11).

A respeito da presença dos bandeirantes paulistas no sertão oeste da região das Minas, deve-se salientar que muitos deles procuraram esta região após os conflitos ocorridos entre estes e forasteiros - principalmente, portugueses e comerciantes vindos da Bahia - no final da primeira década do século XVIII, que ficaram conhecidos como “Guerra dos Emboabas”. Até o primeiro quartel dos setecentos, Pitangui foi palco de vários motins contra a Coroa portuguesa (CUNHA, 2011).

Originariamente, o município tinha “uma área de 240 quilômetros (sic) de comprimento sobre 180 de largura” (SILVA, 1890, p. 16) e era composto por 20 freguesias, nome dado à menor unidade administrativa de um município, no período colonial e imperial brasileiro. Ainda, segundo Silva (1890, p. 18), entre 1850 e 1857 “foram desmembradas do termo de Pitangui” várias freguesias, que deram origem a muitos dos atuais municípios da região Centro-Oeste mineira. Exemplificando este processo podemos citar o distrito de Nossa Senhora do Indaiá, que, pela Lei nº 472, de 31 de maio de 1850, foi elevado à vila dando origem à cidade de Dores do Indaiá. Em 1855 a Vila de Pitangui foi elevada à categoria de cidade.

Na Primeira República, o município de Pitangui seria composto por sete distritos, conforme a Lei Municipal nº 10, de 22 de outubro de 1892, que estabelecia o estatuto daquele município conforme averiguamos em documentação disponível no Instituto Histórico de Pitangui.

Titulo III

Dos Districtos e da sua organização

[...] Art. 37 – De conformidade com o Art. 5º da Lei nº 18, de 28 de novembro de 1891 e para os efeitos do Art. 151 da mesma lei, ficaram os districtos classificados pela seguinte forma: 1º Districto da cidade; 2º da Onça; 3º da Conceição do Pará; 4º do Cercado; 5º de Maravilhas; 6º da Abbadia 7º do Pompéo [...] (PRIMEIRO LIVRO DE REGISTRO DE LEIS DE 1892 A 1895)

No decorrer do século XX, os seis distritos que compunham o município emanciparam-se. A seguir, passaremos a discorrer sobre as motivações que nos levaram a escolha do tema desta pesquisa.

A escolha do tema

Nesta pesquisa buscamos demonstrar como o processo de descentralização política desencadeado com a instalação da República no Brasil, a partir da Constituição de 1891, teve impacto nas relações políticas em Minas Gerais, com a ampliação do federalismo manifestado na primeira Constituição Republicana Estadual, que, se por um lado, atendia aos interesses das frações de classe regionais e locais, por outro, se tornava um obstáculo para que as ações do Governo Estadual, com o objetivo de dar organização da instrução pública, fossem efetivadas.

O recorte temporal da investigação tomou como balizas o período entre 1892 e 1907, baseado em dois motivos: foi nesse período que as autoridades estaduais mineiras promoveram ações no sentido de organizar a instrução pública e efetuada a instalação do primeiro grupo escolar em Pitangui, em outubro de 1907, denominado Grupo Escolar Francisca Botelho. Nesse mesmo ano faleceria naquele município, um dos líderes políticos local, Vasco Azevedo, em decorrência de uma tuberculose (FERNANDES, 2004, p.134), do qual trataremos adiante.

Tomamos como referência o município de Pitangui para o desenvolvimento de nossas análises. Neste município, a instrução pública, desde os momentos iniciais da República foi importante instrumento político utilizado pelos dois grupos políticos que disputavam o poder

na região, os Vasquistas e os Gonçalvesistas³. Tivemos a oportunidade de analisar como se organizara a instrução pública neste município, a partir do processo de descentralização política legitimado pela Constituição Estadual.

Ao consultarmos os acervos documentais disponíveis no Instituto Histórico de Pitangui e na Câmara Municipal daquela cidade encontramos evidências de várias iniciativas legais tomadas pela municipalidade nas primeiras décadas da República. O objetivo era dar organização à instrução pública local de forma independente ou associada ao Estado, configurando-se assim uma manifestação do que Gonçalves Neto (2006) definiu como “Município Pedagógico”. Trataremos mais detalhadamente esta categoria à frente, quando apresentaremos os aportes teóricos que sustentaram a problematização da pesquisa.

E foi também sob esta perspectiva que passamos a analisar as ações dos edis⁴ municipais e distritais em relação à organização da instrução pública levadas a cabo ali, a partir das balizas temporais estabelecidas para esta pesquisa.

Durante a análise identificamos os paradoxos existentes no projeto republicano em Minas Gerais, que, ao propor reformas associadas ao avanço das forças produtivas capitalistas típicas da Modernidade, sofreu as mediações dos interesses das tradicionais forças oligárquicas do Estado ligadas às atividades agrárias. Daí concluirmos que as disparidades econômicas que se configuraram no interior do Estado, na virada do século XIX para o século XX, além da permanência da cultura política oligárquica nos quadros diretivos estaduais, que se manifestavam nas duas casas do Congresso Legislativo Mineiro – a Câmara dos Deputados e o Senado – limitavam os avanços destas propostas.

As fontes e as questões problematizadoras

A escolha do município de Pitangui como espaço de análise se deve, em primeiro lugar, ao fato de que a instrução pública em Minas Gerais iniciou-se pelo ente municipal e, em segundo lugar, pela importância histórica de Pitangui, marco inicial da ocupação do sertão oeste das Minas Gerais, no início do século XVIII.

As bases documentais foram encontradas nos arquivos do Instituto Histórico de Pitangui, por meio de consultas a jornais locais, que circularam no período que delimitamos como recorte temporal desta pesquisa e nos livros de registros da Câmara Municipal. Consultamos, também, o Livro de Ata com o registro da fundação da Sociedade São Vicente

³ Sobre esses grupos nos deteremos mais frente com maiores informações.

⁴ O termo tem origem no latim *aediliscuales* e remetiam aos responsáveis pela preservação da cidade Roma. Aqui o termo é utilizado no sentido responsáveis pela condução da política, os magistrados, políticos, e outros.

de Paulo, datado de 1889, quando visitamos a secretaria daquela confraria em Pitangui. Também utilizamos a documentação do acervo do Arquivo Público Mineiro, especificamente, os “Annaes do Congresso Mineiro” referente ao ano de 1899 e acervos documentais disponíveis na web, como os relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais enviados à Assembleia Legislativa Provincial deste estado, disponíveis no site do *Center for Research Library*, sediado em Chicago, Illinois, E.U.A.

As questões centrais que nortearam esta pesquisa foram: os grupos dominantes, em Minas Gerais, estariam alinhados de forma homogênea, ao projeto de organização da educação proposta pelo governo estadual nos moldes do ideal republicano? Os interesses das frações de classe constituíram entraves para a consolidação da direção intelectual e moral republicana? Seria a tradicional ordem coronelística em Minas Gerais um obstáculo ao projeto de modernidade via educação proposto pelos republicanos?

A respeito das fontes primárias analisadas apresentadas aqui, cabe lembrar, que se trata de documentação cuja grafia pode causar estranhamento ao leitor, mas que respeitavam as normas ortográficas, então vigentes.

Aportes teóricos

No decorrer da pesquisa buscamos descrever e analisar como o processo de construção do ideário republicano no Brasil estabeleceu as bases de um projeto de educação como ação pedagógica para a promoção do consenso (GRAMSCI, 2000, p. 23). Investigamos como o processo de descentralização política impactou as relações entre o Estado e os municípios, em Minas Gerais, no período entre 1892 e 1907, na organização da instrução pública. Buscamos também relacionar as disputas entre as frações de classe, em Pitangui, com as iniciativas locais para a organização da instrução pública conforme, o estabelecido pelo ideário republicano. Analisamos como a questão da instrução pública foi tratada em Pitangui a partir do conceito “município pedagógico”⁵. Passaremos, a seguir, a apresentar os aspectos metodológicos desta pesquisa.

Metodologia

A metodologia é o caminho do pensamento e da prática exercida na abordagem da realidade e a pesquisa é a indagação e construção da realidade (MINAYO, 2008). A este

⁵ Categoria desenvolvida pelos estudos de Gonçalves Neto (2012) e Carvalho e Carvalho (2010), a partir dos estudos desenvolvidos por Magalhães (2004) em Portugal.

respeito, Gatti (2001, p. 75) nos alerta sobre as práticas em pesquisas no campo da educação, ao afirmar que “é fundamental o conhecimento dos meandros filosóficos, teóricos, técnicos e metodológicos da abordagem escolhida”. Atentos a estas questões desenvolvemos nossa investigação na tentativa de compreender o processo de descentralização político-administrativa no Estado de Minas Gerais e as reformas educacionais implantadas entre 1892 e 1907 e seus impactos nas relações Estado/Municípios, no que se refere à organização do ensino público primário sustentado pelo projeto de modernidade defendido pelos republicanos.

Optamos pela pesquisa qualitativa por entendermos que ela melhor se enquadra à nossa proposta de investigação documental. Alguns críticos apontam a falta de rigor nas pesquisas qualitativas em educação, porém, concordamos com os que defendem a pesquisa qualitativa, como é o caso de Godoy (1995), ao apontar as possibilidades no uso desta abordagem na pesquisa documental:

Considerando, no entanto, que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. Nesse sentido, acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo, portanto, atenção especial. (GODOY, 1995, p. 21)

Ainda, segundo esta mesma autora, entende-se por pesquisa documental “o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados buscando-se novas e/ou interpretações complementares” (GODOY, 1995, p. 21).

Mas a pesquisa documental seria uma técnica ou uma metodologia? O pesquisador, quando utiliza documentos e dele busca extrair informações, “o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise, segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim elabora síntese” (SÁ-SILVA et al, 2009, p. 4). Em outras palavras, o processo investigativo desencadeado pelo pesquisador está impregnado de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos. Minayo (2008), ao discutir a metodologia nas pesquisas em ciências sociais, afirma que “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do

pesquisador” (MINAYO, 2008, p. 22). Na mesma direção sobre as questões metodológicas e o potencial criativo do pesquisador, recorremos a Barros (2004) que, em sua obra sobre os campos da história, com suas especialidades e abordagens múltiplas, afirma:

Desnecessário dizer que os historiadores podem unir em uma única perspectiva historiográfica uma dimensão (por exemplo, a História Econômica), uma determinada abordagem (a História Serial) e um certo domínio (a História dos Camponeses). Na verdade, muitos outros tipos de combinações serão possíveis [...] (BARROS, 2004, p. 20)

As fontes documentais se referem ao recorte temporal proposto nesta pesquisa. Por ser uma fonte não reativa, as informações presentes nos documentos não se alteram no transcorrer do tempo. O recorte temporal proposto para delimitar esta pesquisa nos permitiu concluir que o trabalho com fontes documentais contribuiu com nossa investigação.

Definida a abordagem, identificamos esta pesquisa no domínio da História da Educação, mais especificamente, da História da Educação em Minas Gerais. Tratamos das dimensões políticas, econômicas sociais e culturais que envolvem o processo de organização da instrução pública do estado, entre 1892 e 1907, o que nos permitiu dialogar com a Nova História Política, a História Cultural, a História econômica e a História Social.

Elegemos como principal aporte teórico Antonio Gramsci, pensador de linha marxista que trouxe um conjunto de contribuições para a análise, especialmente por meio da mobilização dos conceitos de hegemonia, consenso e pequena política. Buscamos nele inspirações, também, nas interfaces estabelecidas entre as dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais que evocam a perspectiva de análise no campo de totalidade, a qual se materializa sobre as esferas da sociedade civil e a sociedade política, concebidas de modo ampliado⁶.

Chamamos de Nova História Política, a corrente historiográfica que emerge junto com a Escola Inglesa do Marxismo, na década de 1960, fundadora da Nova História. Gramsci antecede a este movimento historiográfico: “[...] antes que a historiografia marxista inglesa se abra à explosão dos novos objetos explorados pela Escola inglesa [...]”, fora Gramsci um dos “[...] que abriram caminho para uma História Cultural alicerçada nos fundamentos do Materialismo Histórico [...]” (BARROS, 2004, p. 69).

⁶ O conceito de Estado Ampliado engloba as duas grandes dimensões do Estado, a sociedade civil e a política. Gramsci (2001) propõe essa ampliação por compreender que apesar de suas especificidades, estão dialeticamente inter-relacionadas.

Barros ainda nos esclarece que, “[...] Gramsci também foi um dos primeiros a ressaltar o que chamou de ‘caráter ativo das superestruturas’, o que o levou a adotar o conceito de ‘bloco histórico’ como uma totalidade constituída pela interação entre a infra e a estrutura. [...]” (2004, p. 70). A constatação de Gramsci de que o exercício do poder não estava ligado apenas aos mecanismos hegemônicos de controle e coerção, mas também, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, deu norte nas análises desenvolvidas neste trabalho.

Para a compreensão da organização da política mineira em torno do Partido Republicano Mineiro – PRM - nos embasamos em Maria Efigênia Lage de Resende (1982). O trabalho desta historiadora se tornou uma fonte de consulta constante nesta pesquisa, pois, apresenta aspectos importantes da organização política, econômica e social de Minas Gerais entre 1889 e 1906. Em Silveira Neto (1976) e Orlando M. Carvalho (2010) encontramos subsídios para entendermos o processo de organização dos municípios mineiros e o processo de descentralização política ocorrido em Minas Gerais a partir da promulgação da Constituição Estadual, em 1891.

Alguns resultados da pesquisa

De acordo com Silva Filho (2014) o processo de descentralização política desencadeado com a instalação da República no Brasil, a partir da Constituição de 1891, teve impacto nas relações políticas em Minas Gerais. O caráter federalista da primeira Constituição republicana foi ampliado na carta constitucional estadual e, por um lado, atendeu aos interesses das frações de classe regionais e locais tornando-se obstáculo para as ações do Governo Estadual na reorganização da instrução pública.

A Proclamação da República tomou de surpresa as oligarquias mineiras alinhadas ao republicanismo, que não tiveram a capacidade de se articularem naquele momento para assumirem a direção política do Estado. Em Minas Gerais, os republicanos não constituíam uma força política muito considerável, favorecendo com que o governo estadual fosse entregue à Cesário Alvim, recém egresso do Partido Liberal, por determinação do governo instalado no Rio de Janeiro. A mudança de regime político envolveu os interesses das classes dominantes, em um processo de transformação de caráter conservador, analisado por nós com a ajuda da categoria gramsciana “revolução passiva”.

As disputas entre os chamados “republicanos históricos” pelo controle da política estadual ganharam novos contornos, na medida em que, políticos tradicionais, oriundos dos antigos partidos imperiais – Liberais e Conservadores – procuravam ingressar nas linhas

republicanas. Nossas análises nos permitiram inferir, que, a partir daquele momento a cisão entre as forças políticas do Estado estão declaradamente manifestadas.

Esta cisão refletia também a forma como se organizaram as oligarquias regionais, que buscavam se fortalecer por meio de alianças entre parentelas, que formavam as elites locais. As alianças nem sempre eram perenes, pois, por todo o Estado se manifestaram rupturas entre estas forças, dando origem a grandes rivalidades, que, por sua vez, desestabilizavam a ordem política. O grande desafio em Minas Gerais era conciliar os interesses destas frações de classe ao projeto de nação defendido pelos republicanos. As categorias gramscianas – Estado ampliado, sociedade civil, consenso, descenso e transformismo, nos permitiram inferir que o Governo Estadual tentou conciliar interesses e absorver as frações de classe dissidentes.

Em Pitangui, as disputas entre frações de classe se manifestaram entre o “Partido Vasquista” e o “Partido Gonçalvista”, que faziam referência às duas principais lideranças políticas daquele município, o primeiro, Vasco Azevedo; o segundo, Antônio Gonçalves de Souza. A disputa se dava em torno do controle da política municipal.

No Congresso Estadual Constituinte os mais diversos interesses se manifestaram, principalmente, aqueles em torno da questão federalista, pois, nas regiões economicamente mais desenvolvidas, como a Zona da Mata, onde a cafeicultura expandia-se, já se manifestavam os defensores da proposta de se conceder maior autonomia política e administrativa aos municípios. Nossas análises demonstraram que estas forças políticas atingiram seu intento, como pudemos constatar por meio do texto da Constituição Estadual que trata da organização municipal. A este respeito, analisamos a Lei nº 2, de 14 de setembro de 1891, que rege a organização dos municípios e estabelece os Distritos como base da organização administrativa do Estado de Minas Gerais, que nos possibilitou compreender seu caráter descentralizador.

Vimos também que, com a reorganização administrativa dos municípios, a partir da criação dos distritos, novos desafios aos dirigentes políticos se manifestaram, na medida em que as relações de poder se tornavam mais complexas. O caráter federalista presente naquela Constituição permitia aos distritos o poder de organização político-administrativa, por meio dos Conselhos Distritais compostos pelas lideranças locais (RESENDE, 1982), (GONÇALVES NETO, 2012), gerando disputas acirradas entre as frações de classe.

A importância dada aos Distritos na organização do Estado nos permitiu buscar elementos para entender como estes se organizaram em Pitangui a partir da Lei de 1891, citada anteriormente. Encontramos na Câmara Municipal daquela cidade documentos que muito contribuíram para esta pesquisa, em particular, os *Livros de Atas Distritais*, centrais na

compreensão dos Distritos, sua organização política-administrativa e a atenção dada pelos Conselhos Distritais à instrução pública, demonstrando o caráter autônomo de suas deliberações.

Ao consultarmos o acervo documental disponíveis no *Instituto Histórico de Pitangui* encontramos no “*Primeiro Livro de Leis do Município de Pitanguy*”⁷ o registro da Lei Municipal nº 32, de 26 de outubro de 1893, que determinava a criação de um Externato Municipal. Ao debruçarmos sobre o texto desta Lei encontramos evidências de que aquele documento, em sua abrangência, no que diz respeito à organização daquele estabelecimento público de ensino trazia elementos que nos permitiram caracterizá-lo como uma iniciativa da municipalidade. A instrução pública seria gestada por este ente de forma independente ou associada ao Estado, configurando-se assim uma manifestação do que Gonçalves Neto (2012) e Carvalho e Carvalho (2010) definiram como “Município Pedagógico”. E foi também sob esta perspectiva que passamos a analisar as ações dos edis municipais e distritais em relação à organização da instrução pública levadas a cabo ali, a partir das balizas temporais estabelecidas para esta pesquisa. Encontramos evidências documentais já citadas neste artigo, que em Pitangui, nos primeiros anos da República, o poder local desenvolveu ações voltadas ao provimento da instrução pública que assumem características presentes neste conceito.

Outros documentos disponíveis na Câmara Municipal – *Livros de Atas, Registros de Juramento e Posses* - e no *Instituto Histórico de Pitangui*, como o já citado anteriormente, além de jornais de circulação local, já mencionados nos permitiram explorar outra categoria gramsciana, qual seja, “aparelhos privados de hegemonia”. Esta nos permitiu analisar o processo de organização da sociedade civil brasileira naquele instante e, possibilitou também, o nosso entendimento sobre os artifícios políticos utilizados pelas frações de classe em Pitangui para se apropriarem dos aparelhos privados de hegemonia, escolas, Igreja, confrarias e jornais, dentre outros, na tentativa de estabelecer o consenso e se consolidarem na direção política local.

Em Pitangui, os dois grupos políticos, Vasquistas e Gonçalvistas, buscaram se apropriar dos aparelhos privados de hegemonia para assumir a direção política local. A disputa era ferrenha e, a escola, como um dos elementos constitutivos do conjunto dos aparelhos privados, não passaria despercebida ao olhar destes grupos.

⁷O nome da cidade era grafado com “Y” no final, conforme consta em vários outros documentos consultados.

É importante salientar que analisamos um contexto histórico onde a sociedade civil ainda é embrionária, os grupos políticos já percebem que esta “é formada por uma rede de funções educativas e ideológicas, responsáveis pelas atividades diretivas da sociedade [...]” (JESUS, 1989, p. 52), daí o interesse em estabelecer o controle desta rede.

Neste município, a instrução pública, desde os momentos iniciais da República foi importante instrumento político utilizado por aquelas duas frações de classe para a consolidação do projeto republicano. Dentro desta perspectiva de análise identificamos também os paradoxos existentes no projeto republicano em Minas Gerais, que, ao propor a ideia de progresso associada ao avanço das forças produtivas capitalistas típicas da Modernidade foi de encontro com os interesses das tradicionais forças oligárquicas do Estado ligadas às atividades agrárias. Daí concluirmos que as disparidades econômicas que se configuraram no interior do Estado, na virada do século XIX para o século XX, além da permanência da cultura política oligárquica nos quadros diretivos estaduais, que se manifestavam nas duas casas do Congresso Legislativo Mineiro – a Câmara dos Deputados e o Senado – limitavam os avanços destas propostas.

No decorrer deste trabalho ao apresentarmos as iniciativas governamentais para a organização da instrução pública em Minas Gerais por meio de uma legislação específica observamos que o Estado buscava transferir parte das responsabilidades referentes ao provimento de instrução aos municípios. Várias Mensagens dos Presidentes do Estado ao Congresso Legislativo Mineiro entre 1892 e 1907, por nós analisadas, apresentam manifestações para que os municípios dessem sua parcela de colaboração para o êxito do projeto de reorganização da instrução pública no Estado. Por sua parte, os municípios buscavam promover a instrução pública, apesar dos problemas de toda ordem: falta de recursos financeiros, má formação do professorado, precariedade das instalações físicas que abrigavam as escolas, falta de móveis e materiais didáticos e outros.

Percebemos, por meio das Mensagens dirigidas ao Congresso Mineiro, por parte dos Presidentes do Estado, que os orçamentos votados naquela casa, não atendiam às demandas ficando a instrução pública refém dos interesses políticos particulares, que muitas vezes viam nas verbas destinadas à instrução como despesas e não como investimento, como bem nos apresentou Gonçalves (2010) em sua análise das Mensagens ao Congresso Mineiro. Ao tratarmos destas questões discutimos como os interesses públicos eram renegados em proveito dos interesses particulares, privados, dentro daquele Congresso. A categoria “pequena política” nos auxiliou em busca do entendimento do movimento político no Congresso Legislativo Mineiro.

O provimento da instrução pública em Pitangui esteve atrelado aos interesses daquelas duas frações de classe – Vasquistas e Gonçalvistas –, que, por meio da escola, dentre outros aparelho privado de hegemonia, buscavam estabelecer a direção da política local. Suas ações, no campo educacional se afastavam do interesse comum, conforme tivemos a oportunidade de analisar. Na maior parte das vezes, atendiam aos interesses particulares de cada uma dessas frações oligárquicas e, em alguns momentos iam de encontro com o projeto de reorganização da instrução pública proposto pelo governo estadual, que visava consolidar em Minas Gerais o projeto de nação formulado pelos republicanos.

Todas as análises apresentadas neste trabalho nos sugerem que as relações clientelísticas estabelecidas dentro da ordem coronelística mineira, durante o período estudado, não foram suficientes para promover o consenso, em torno do projeto republicano (SILVA FILHO, 2014). Daí, concluirmos que os debates e embates políticos em torno da organização da ordem republicana em Minas Gerais traduziam os limites deste projeto, que, só começariam a ser superados a partir das mudanças encaminhadas na legislação estadual, de ordem centralizadora, no que se refere à autonomia dos municípios. Em relação à instrução pública, a reforma promovida por João Pinheiro, em 1906, criando os Grupos Escolares, será recebida com entusiasmo nos meios dirigentes do Estado, mas, ainda não conseguirá superar totalmente os problemas manifestados neste campo anteriormente.

Em Pitangui, mesmo com a retomada das rédeas políticas, por parte do Governo Estadual, as disputas entre Vasquistas e Gonçalvistas perdurarão por muitos anos. Os registros que haviam sido explorados, em parte, por Silvio Gabriel Diniz (1969) em sua análise sobre as lutas entre estas frações de classe ganham vida novamente através de novas fontes documentais ouvidas em nossas análises. Documentos oficiais, versos de poetas anônimos e matérias publicadas em jornais locais ganharam voz, para revelarem os homens e suas ações no tempo e no espaço.

Referências

- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CAMPOS, Kátia Maria Nunes. **Elo da História Demográfica de Minas Gerais: reconstituição e análise inicial dos registros paroquiais da freguesia de N. Sra. da Conceição de Antonio Dias (1763-1773)**. **Dissertação de Mestrado**, Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

- CARVALHO, Orlando M. Os Partidos Políticos em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- CATÃO, Leandro et al. **Pitangui Colonial: história e memória**. Belo Horizonte: Crisálida, 2011.
- CUNHA, Vagner da Silva. **A “Rochella” das Minas do Ouro? Paulistas na Vila de Pitangui (1709-1721)**. **Dissertação de Mestrado em História**, FAFICH, UFMG. Belo Horizonte: 2009.
- DINIZ, Sílvio Gabriel. O Gonçalvismo em Pitangui. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte: UFMG, 1969.
- FERNANDES, Rogério; KUHLMANN JR., Moysés. Sobre a história da infância. In FARIA FILHO, Luciano (Org.) **A infância e sua educação: materialidades, práticas e representações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. O Município e a Educação em Minas Gerais: a implantação da instrução pública no início do Período Republicano. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (Orgs.). **O Município e a Educação no Brasil: Minas Gerais na Primeira República**. Campinas: Alínea, 2012.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais. **O Princípio Educativo. Jornalismo**. Vol II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GATTI, Bernardete Angelina. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. São Paulo: **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, p. 65-81, jul. 2001.
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- GONÇALVES, Irlen Antônio. Em nome da Lei: Congresso Legislativo como lugar da “instrução que é destinada a fazer do menino um cidadão”. **Revista Educação em Foco**. Juiz de Fora: v. 15, p. 153-173, fev. 2010.
- JESUS, Antonio Tavares de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. São Paulo: Cortez, 1989.
- MILAGRE, Marcela Soares. **Entre a bolsa e o púlpito: eclesiásticos e homens do século nas minas de Pitangui (1745-1793)**. **Dissertação de Mestrado em História**. Departamento de Ciências Sociais e Políticas e Jurídicas, do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de São João Del Rei. São João Del Rey: 2011.
- MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

PRIMEIRO LIVRO DE REGISTRO DE LEIS DO MUNICÍPIO DE PITANGUY, DE 1892 A 1895. Arquivo Histórico de Pitangui.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. São Leopoldo, ano I, n. I, jul. 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/artigos_Pesquisa%20documental.pdf>, acesso em 01/04/2013.

SILVA, Joaquim Antonio Gomes da. **Escavações ou Apontamentos Históricos da cidade de Pitangui**. Pitangui: 1890.

SILVEIRA NETO. O Senado Mineiro (1891-1930). **Revista de Informação Legislativa**. Rio de Janeiro: p. 199-314, jul./set. 1976.

SILVA FILHO, Licínio de Sousa. Município, tradição e modernidade: a instrução primária e os limites do projeto hegemônico republicano em minas gerais (1892-1907). **Dissertação**(Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGE, Universidade Federal de Viçosa-UFV, 2014.